



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## **Acesso ao crédito por parte dos jovens adultos: O caso português**

Beatriz Ferreira Jacinto

Mestrado em Gestão

### **Orientador:**

Professor Doutor Paulo Viegas de Carvalho, Professor Auxiliar Convidado, ISCTE-IUL

Outubro, 2022



BUSINESS  
SCHOOL

---

## **Acesso ao crédito por parte dos jovens adultos: O caso português**

Beatriz Ferreira Jacinto

Mestrado em Gestão

### **Orientador:**

Professor Doutor Paulo Viegas de Carvalho, Professor Auxiliar Convidado, ISCTE-IUL

Outubro, 2022

## **Agradecimento**

A conclusão desta dissertação de mestrado representa a fase final de mais um importante ciclo, ao qual dediquei meses de esforço e de superação pessoal.

Dedico um especial agradecimento à minha família e amigos, que me apoiaram e principalmente, motivaram nesta fase que foi um desafio.

Agradeço ao meu orientador, Professor Paulo Viegas de Carvalho, por todo o apoio e orientação neste trabalho de grande relevância na conclusão do meu mestrado.

Por último, apresento a minha enorme gratidão a todos aqueles que despenderam do seu tempo para colaborar no meu questionário e que tornaram este projeto de investigação possível.



## **Resumo**

A situação de vida particular dos jovens em termos de uma maior probabilidade de imprevistos, falta de poupança e a fraca presença ou entrada recente no mercado de trabalho, são algumas das principais explicações para o aumento do risco de endividamento para o grupo etário dos jovens adultos, entre os 18 e os 35 anos.

Com o objetivo de responder às duas questões colocadas - Que determinantes mais dificultam o acesso ao crédito por parte dos jovens adultos em Portugal? Existem diferenças dentro do intervalo de idades definido para jovens adultos? -, o estudo que se segue analisa o grau de facilidade com que os jovens adultos em Portugal conseguem aceder ao crédito bancário. Para o efeito, as conclusões, que tiveram por base os resultados e observações do questionário efetuado, permitiram identificar que a taxa de desemprego jovem, a precariedade laboral, o baixo rendimento médio disponível das famílias e a elevada taxa de esforço são determinantes que dificultam o acesso ao crédito por parte dos jovens adultos.

**Palavras-Chave:** Crédito, Jovens adultos.



## **Abstract**

The particular situation of young people in terms of the probability of unforeseen events, the lack of savings and low or recent presence in the labour market, are some of the primary explanations for the increased risk of indebtedness for the age group of young adults, between 18 and 35 years old.

In order to answer the two questions raised - What are the factors that make it more difficult for young adults to access credit in Portugal? Are there differences within the age range defined for young adults? -, the following study analyzes the challenging way young adults in Portugal can access bank credit.

The results based on the observations of the survey made it possible to identify that the rate of youth unemployment, job insecurity, the low average disposable income of families and the high financial effort, challenge the possibility of obtaining credit access successfully by the young adults.

**Keywords:** Credit, Young adults.





# Índice

<i>Agradecimento</i> .....	<i>iii</i>
<i>Resumo</i> .....	<i>v</i>
<i>Abstract</i> .....	<i>vii</i>
<i>CAPÍTULO 1</i> .....	<i>1</i>
<i>Introdução</i> .....	<i>1</i>
<i>CAPÍTULO 2</i> .....	<i>3</i>
<i>Revisão da Literatura</i> .....	<i>3</i>
2.1 Crédito.....	3
2.2 Gestão do risco de crédito.....	4
2.3 Determinantes que podem condicionar o acesso ao crédito por parte de jovens adultos ....	5
2.3.1 Taxa de desemprego jovem .....	5
2.3.2 Rendimento médio disponível das famílias .....	7
2.3.3 Precariedade laboral.....	9
2.3.5 Prazos dos empréstimos.....	11
2.4 Estudos sobre a mesma matéria noutros países .....	12
<i>CAPÍTULO 3</i> .....	<i>14</i>
<i>Metodologia da Pesquisa</i> .....	<i>14</i>
3.1 Questão a pesquisar e estratégia de pesquisa.....	14
3.2 Análise de Dados .....	15
3.2.1. Caracterização da Amostra, perfil sociodemográfico .....	15
3.2.2 Crédito.....	18
3.2.2.1 Jovens adultos que já contraíram um crédito .....	18
3.2.2.2 Jovens adultos que nunca contraíram um crédito .....	21
<i>CAPÍTULO 4</i> .....	<i>24</i>
<i>Testes Estatísticos</i> .....	<i>24</i>
4.1 Análise estatística.....	24
4.2 Correlação entre o rendimento líquido mensal e habilitações literárias .....	24

4.3 Correlação entre o rendimento médio mensal do agregado familiar e contratação de crédito .....	25
4.4 Teste de independência entre contratação do crédito e o perfil sociodemográfico .....	26
4.5 Teste de independência entre tipo de residência e o rendimento líquido mensal .....	30
4.6 Teste de independência entre se teve a participação de alguém no crédito e o tipo de residência .....	31
<i>CAPÍTULO 5</i> .....	33
<i>Conclusões</i> .....	33
<i>Referências Bibliográficas</i> .....	36
<i>ANEXOS</i> .....	39
Anexo A .....	39
Anexo B .....	43
Anexo C .....	47
Anexo D .....	49
Anexo E .....	51

## Índice de Tabelas

Tabela 1- Taxa de desemprego dos 20 aos 34 anos .....	6
Tabela 2- Taxa de desemprego jovem por nível de escolaridade em Portugal .....	7
Tabela 3- Rendimento médio disponível das famílias portuguesas. ....	9
Tabela 4- Tipo de crédito recorrido .....	18
Tabela 5- Prazo de reembolso do crédito (anos) .....	19
Tabela 6- Taxa de esforço suportada .....	19
Tabela 7- Participação de alguém no crédito.....	20
Tabela 8- Situações verificadas na contratação do crédito .....	21
Tabela 9- Perspetivas de num futuro próximo (2-3 anos) vir a contrair um crédito .....	22
Tabela 10- Que tipo de crédito tem perspetivas de vir a contrair no futuro .....	22
Tabela 11- Motivos pelos quais ainda não se verificaram condições para contrair um crédito .....	23
Tabela 12- Teste de correlação entre as variáveis rendimento mensal líquido e habilitações literárias .....	25
Tabela 13- Teste de correlação entre as variáveis rendimento médio mensal familiar e a contratação de crédito .....	26
Tabela 14- Contração ou não de crédito por idades .....	27
Tabela 15- Contração ou não de crédito por situação profissional.....	28
Tabela 16- Contração ou não de crédito pelo rendimento líquido mensal .....	29
Tabela 17- Contração ou não de crédito pelo tipo de residência.....	30
Tabela 18- Tipo de residência pelo rendimento líquido mensal.....	31
Tabela 19- Participação de alguém no crédito por tipo de residência .....	32

## Índice de Figuras

Figura 1- Jovens NEET em Portugal em 2020. Fonte: OCDE <i>Data</i> .....	7
--	---

## **Lista de acrónimos**

NEET- *Not in Education, Employment or Training*

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

UE- União Europeia

## CAPÍTULO 1

# Introdução

A dificuldade na contratação de empréstimos por parte dos jovens adultos é uma realidade já antiga, sendo que desde setembro de 2002 deixou de ser possível contratar novos créditos à habitação segundo o regime de crédito bonificado jovem. Segundo Veríssimo (2013), o acesso aos serviços financeiros é um importante instrumento para toda a população mundial, e neste caso em específico, para a população portuguesa. Assim, é necessário que as instituições dotadas para tal ofereçam uma gama de produtos e serviços financeiros ao alcance de toda a sociedade.

Desta forma, a problemática de investigação do presente projeto consiste em analisar o grau de facilidade com que os jovens adultos em Portugal conseguem aceder ao crédito bancário. Para tal, são identificadas algumas potenciais determinantes que podem condicionar a facilidade em contrair um empréstimo por parte de jovens adultos, com o objetivo de responder às seguintes questões: Que determinantes mais dificultam o acesso ao crédito por parte dos jovens adultos? Existem diferenças dentro do intervalo de idades definido para jovens adultos?

Este estudo tem como motivação a escassez de literatura e pesquisa sobre o assunto em Portugal, visando proporcionar um aumento de conhecimento relativamente à situação e condições financeiras dos jovens em Portugal e perceber qual a sua facilidade/dificuldade em ter acesso ao crédito bancário.

O estudo é relevante para os diferentes potenciais interessados. Aos jovens adultos (entre os 18 e 35 anos), interessa saber a facilidade em obterem crédito bancário e conhecer os fatores que podem condicionar esse acesso. Para os bancos, é relevante conhecer mais sobre um segmento de clientes, que no futuro se pode revelar muito rentável. Para a autoridade monetária (Banco de Portugal) é potencialmente relevante aprofundar o conhecimento sobre as motivações e constrangimentos dos diferentes solicitantes de crédito.

O presente trabalho está organizado por cinco capítulos, sendo o primeiro composto pela introdução. No segundo capítulo, referente à revisão da literatura, será exposta uma caracterização do crédito, da gestão do risco de crédito e a identificação e caracterização de possíveis determinantes que influenciam o acesso ao crédito por parte

dos jovens adultos. Segue-se o terceiro capítulo, metodologia da pesquisa. Para a investigação foi elaborado um questionário *online* aplicado a uma amostra da população portuguesa, do qual resultaram 403 observações válidas. Todos os dados foram analisados estatisticamente através do SPSS, pelo que através da análise de dados realizada no terceiro capítulo, foram verificadas algumas características descritivas da amostra. No quarto capítulo, testes estatísticos, foram realizados testes de associação pelos quais foi possível verificar a correlação e dependência de determinadas variáveis, que conjuntamente com as características descritivas identificadas, permitiram fundamentar as conclusões finais. No capítulo cinco, conclusões, verificou-se que das determinantes apontadas na revisão da literatura como possíveis determinantes influenciadoras no acesso ao crédito por parte dos jovens adultos, a taxa de desemprego jovem, a precariedade laboral, o baixo rendimento médio disponível das famílias e a elevada taxa de esforço são determinantes que realmente dificultam o acesso ao crédito por parte dos jovens adultos.

## Revisão da Literatura

### 2.1 Crédito

Segundo Edwards (2004), a premissa - compre agora, pague depois - é o principal princípio do crédito, em que as técnicas de crédito vão alterando de forma a irem respondendo à procura da sociedade. A natureza fundamental do crédito é a existência de um elemento de confiança entre o comprador e o vendedor, pelo que a própria palavra crédito deriva do latim *credere*, confiar.

De acordo com a Associação Portuguesa de Bancos, um contrato de crédito define-se como “um contrato estabelecido entre uma instituição de crédito e um cliente, através do qual são disponibilizados fundos, pela instituição ao cliente, durante um certo período, e mediante um conjunto de condições, que constituem direitos e obrigações das partes contratantes. O cliente fica obrigado a devolver o montante que lhe foi emprestado ao longo do prazo acordado, acrescido de juros e outros encargos” (Associação Portuguesa de Bancos, 2022: 1). Entende-se assim que crédito bancário é uma forma de crédito tendo como objetivo a concretização de lucro por parte das instituições bancárias.

Segundo Nunes (2009), citado por Rosário (2016), as operações de crédito bancário dispõem de seis critérios que as caracterizam e que vão constituir a análise por parte das instituições de crédito: a finalidade, o montante, o preço, o prazo, as garantias e o risco.

De acordo com o mesmo autor, a finalidade prende-se no que será adquirido com o montante disponibilizado pelo banco e a sua utilização.

O montante é determinado de acordo com as necessidades do cliente e o valor do bem a adquirir, e pode ser influenciado, também, pelo património do cliente.

O preço é composto por juros, através da aplicação de uma taxa de juro composta no início do contrato, comissões e outros encargos associados ao contrato de crédito, tendo em consideração que, quanto maior o risco envolvido na operação, maior será o preço.

O prazo, que corresponde ao período de reembolso da dívida, e a periodicidade das amortizações, são definidos no início do contrato e de acordo com a finalidade do mesmo. O prazo pode ser classificado de curto prazo, se a data de vencimento não exceder 1 ano,

de médio prazo se o vencimento for superior a 1 ano, mas inferior a 5 anos e de longo prazo se o vencimento exceder os 5 anos.

As garantias, são uma forma de compensar o credor em caso de uma situação de possibilidade reduzida ou nula de reembolso, podendo tratar-se de garantias intrínsecas e/ ou de garantias acessórias, sendo que, estas últimas se subdividem em garantias reais (bens) ou garantias pessoais (intangíveis).

Por fim, o risco, que se prende num potencial prejuízo decorrente da operação de crédito. Este “está associado à incerteza, pois tanto poderá originar possíveis perdas como originar oportunidades ou ganhos” (Silva, 2017).

## **2.2 Gestão do risco de crédito**

Ao solicitar um crédito, são requeridos vários documentos por partes das instituições bancárias, para que estas possam avaliar e gerir, com base nos mesmos, o nível do risco e perceber assim, qual a probabilidade de o cliente ter a capacidade de reembolso. Entre estes documentos, incluem-se: recibos de vencimento; declaração da entidade patronal; comprovativo de rendimentos; comprovativos de IRS.

O risco de crédito é um dos mais importantes na gestão do risco financeiro, consistindo num “conjunto de sistemas e procedimentos, estabelecidos pelas instituições bancárias com a expectativa de garantir a eficiência na cobrança dos pagamentos dos mutuários e, assim, reduzir a probabilidade de não pagamento” (Kalui & Kiawa, 2015). E, portanto, Caiado (1998), refere ser indispensável realizar uma avaliação prévia detalhada relativamente às condições que devem ser fixadas ao cliente, incluindo a prestação de garantias, assim como, a avaliação de componentes sobre a sua situação e atividade, antes da concessão do crédito. Desta forma, segundo Kurui e Kalio (2014) a avaliação e a análise de crédito envolvem uma triagem dos clientes para garantir que estes não detêm apenas a capacidade de reembolsar, mas que também, estejam aptos a reembolsar os empréstimos no tempo pretendido.



## **2.3 Determinantes que podem condicionar o acesso ao crédito por parte de jovens adultos**

Para análise do presente projeto de investigação, serão considerados como jovens adultos, os jovens entre os 18 e os 35 anos de idade. Autio et al. (2009) apontam a situação de vida particular dos jovens a nível da fase da vida, probabilidade de imprevistos, falta de poupança e a fraca presença ou presença prematura no mercado de trabalho, como algumas das principais explicações para o aumento do risco de endividamento para este grupo etário. Isto é, “a situação de vida instável e imprevisível de ser jovem” (Aaltonen, 2013), assim como, o facto de “a juventude ser uma fase de transição da vida onde, muitas vezes, a construção de identidade é baseada no consumo” (Oksanen et al., 2016; Autio et al., 2009; Lehtinen & Leskinen, 2005), citados por Hohnen et al. (2020), são referenciadas como explicações para o aumento do risco.

Neste sentido, serão apontadas, e posteriormente estudadas, algumas determinantes que podem ter influência na facilidade, ou não, de contrair um empréstimo por parte de jovens adultos.

### **2.3.1 Taxa de desemprego jovem**

O desemprego nos jovens é mais sensível ao ciclo económico do que o de outros grupos etários, uma vez que os jovens estão geralmente associados a precariedade laboral e enfrentam maiores desafios relativamente à entrada no mercado de trabalho, devido à sua ausência de experiência e devido a uma possível desadequação entre as competências que têm para oferecer e as que o mercado de trabalho procura. Em períodos de recessão, os jovens são geralmente os primeiros a perder os seus empregos, devido, mais uma vez, à sua precariedade laboral e porque têm de competir com profissionais com mais experiência num mercado que tem cada vez menos oferta.

A taxa de desemprego permite definir a relação entre a população desempregada e a população ativa. Através da tabela 1 da Pordata relativamente à taxa de desemprego jovem em Portugal, é possível observar que a taxa média de desemprego de jovens entre os 20 e os 34 anos de idade em 2020, na EU é de 11,17% e em Portugal de 13,23%,

verificando-se uma maior taxa de desemprego jovem em Portugal quando comparada com a UE.

Verifica-se ainda, uma grande discrepância essencialmente em idades entre os 20 e 24 anos (Tabela 1), sendo que Portugal apresenta uma taxa de desemprego jovem, neste intervalo de idades, bastante superior à EU, em 2020, de 21,2% e 15,7%, respetivamente.

É de salientar também que os jovens com idades entre os 25 e os 34 anos apresentam uma taxa de desemprego relativamente mais baixa quando têm o ensino superior concluído (Tabela 2). No entanto, a existência de elevadas taxas de desemprego nos jovens observa-se mesmo nos casos com elevados níveis de qualificação. Portugal tem mais estudantes atualmente inscritos no ensino superior do que a média dos países da OCDE.

A taxa de jovens NEET permite definir a relação entre a população jovem não empregada (desempregada ou inativa) que não está a estudar ou em formação e a população jovem total. Esta taxa em Portugal tem vindo a descer ao longo da última década e é inferior à média da OCDE desde 2017. Em 2020, cerca de 11,7% dos jovens em Portugal dos 15 aos 29 anos não estudavam e estavam desempregados há mais de 1 ano (Figura 1), sendo que a percentagem de jovens NEET com ensino superior concluído era de 10,7%. Tendo ainda em consideração que, da percentagem de jovens NEET apresentada para Portugal em 2020, em idades entre os 20 e 29 anos, cerca de metade eram jovens desempregados (á procura de emprego ativamente) e a outra metade era considerada inativa (não procura emprego).

Verifica-se ainda, que dentro do intervalo de idades definido para jovens adultos, 18-35 anos, existe uma tendência de redução da taxa de desemprego jovem à medida que a idade aumenta.

*Tabela 1- Taxa de desemprego dos 20 aos 34 anos*

<b>IDADE</b>	<b>UE27 - 2020</b>	<b>PORTUGAL - 2020</b>
20-24 anos	15,7%	21,2%
25-29 anos	10,3%	11,0%
30-34 anos	7,5%	7,5%
<b>20-34 anos</b>	<b>11,17%</b>	<b>13,23%</b>

Fonte: INE – Elaboração própria

Tabela 2- Taxa de desemprego jovem por nível de escolaridade em Portugal

2020	Grupo etário: 25-34 anos	
	Nível de escolaridade mais elevado completo	
	Secundário e pós-secundário	Superior
4º Trimestre	9,5%	9,0%
3º Trimestre	11,4%	8,7%
2º Trimestre	8,7%	6,5%
1º Trimestre	8,9%	8,1%

Fonte: Pordata – Elaboração própria

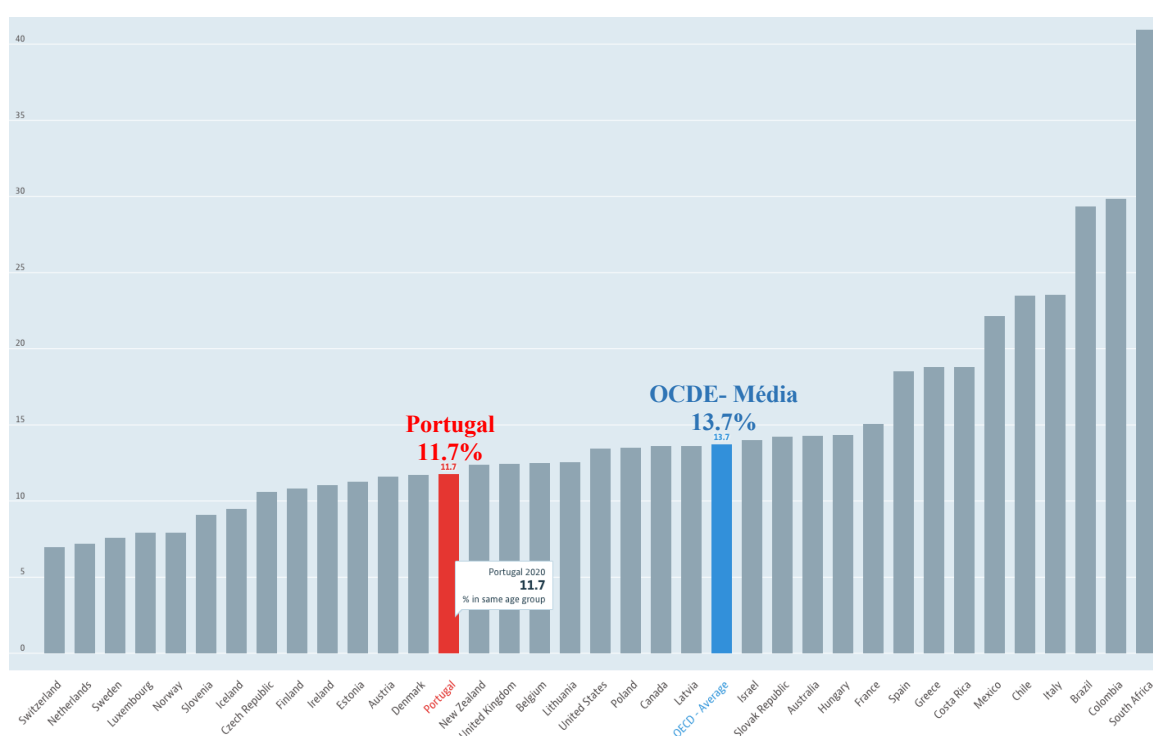


Figura 1- Jovens NEET em Portugal em 2020. Fonte: OCDE Data

### 2.3.2 Rendimento médio disponível das famílias

Como já mencionado, quando é solicitado um crédito, os bancos solicitam garantias, baseando-se cada vez mais nos rendimentos do agregado familiar. É comum assumir que a renda disponível dos jovens reflete o *status* socioeconómico da respetiva família. Assim, Middleton e Ashworth (1998), citados por West et al. (2006), referem que se supõe que um membro individual da família partilhe dos mesmos padrões de vida da família como

um todo e, portanto, os padrões de vida das crianças/ jovens espelham os padrões de vida dos seus pais.

Assim, uma vez que a grande maioria dos jovens apenas consegue recorrer a crédito tendo como fiador/garantia um familiar (em que o familiar coloca o seu património como garantia de uma dívida de terceiros, ficando obrigado a responder pelas dívidas do credor em caso de incumprimento), é fundamental avaliar o impacto dos encargos de um crédito, isto é, do pagamento das prestações, no orçamento familiar. Inclusive, atualmente, existem bancos em Portugal que dispõem de ofertas de crédito direcionadas a jovens, através de uma redução do *spread*, por exemplo. No entanto, têm como principais exigências que os titulares tenham até 35 anos de idade (inclusive) e implicam ainda a participação dos pais ou de familiares próximos no crédito.

Como verificado, o rendimento médio disponível das famílias em Portugal tem registado um aumento progressivo (Tabela 3). Ao longo dos anos este indicador tem sofrido algumas variações. Segundo dados da Pordata, referentes ao período de 2010 a 2020, o rendimento médio disponível das famílias aumentou cerca de 11%. Verifica-se uma redução contínua do rendimento médio disponível entre 2010 e 2014, que se associa à crise financeira vivida em Portugal. Apesar de algumas oscilações, a tendência geral tem sido um aumento do rendimento disponível para as famílias em Portugal. De salientar ainda que, a evolução do poder de compra das famílias pode ser medida através da variação do rendimento disponível das famílias ajustado à inflação, e que, portanto, o aumento do rendimento disponível das famílias verificado, pode não traduzir-se num aumento do poder de compra das mesmas, se este não acompanhar a inflação.

Tabela 3- Rendimento médio disponível das famílias portuguesas.

Rendimento médio disponível das famílias		Taxa de variação
2010	32.159,4€	0,9%
2011	30.922,5€	-3,8%
2012	30.063,2€	-2,8%
2013	29.800,5€	-0,9%
2014	29.245,5€	-1,9%
2015	30.094,7€	2,9%
2016	31.246,2€	3,8%
2017	32.067,2€	2,6%
2018	33.119,0€	3,3%
2019	34.594,8€	4,5%
2020	Pro 35.014,5€	Pro 1,2%

Fonte: Pordata – Elaboração própria

### 2.3.3 Precariedade laboral

Conforme referido anteriormente, a persistência de elevados níveis de desemprego dos jovens na faixa etária entre os 18 e os 35 anos é preocupante, particularmente, pelo facto de esta ser a geração com os níveis de qualificação mais elevados, não só em Portugal como em muitos países.

Desta forma, os elevados níveis de desemprego entre os jovens e a crescente dificuldade na entrada do mercado de trabalho, podem fazer com que os mesmos possam estar mais predispostos a aceitar contratos de trabalho precários, como estágios remunerados/ não remunerados, contratos a termo, recibos verdes ou trabalhos “informais”, como forma de flexibilização dos contratos de trabalho, que estão usualmente associados a uma maior insegurança contratual e a baixos salários em comparação com qualquer outra faixa etária da população portuguesa, referido pela OCDE (2016).

Consequentemente, “as condições precárias de trabalho afetam uma dimensão objetiva da vida dos jovens, como a permanência em situações contratuais atípicas, benefícios sociais limitados, insegurança a nível profissional e baixos salários. Afetam também uma dimensão subjetiva, associada a consequências que a instabilidade e os riscos imprevisíveis relativos à precariedade têm na definição de planos de vida e

perspetivas de futuro” (Carmo, 2019), tendo em conta que, condições precárias de trabalho se traduzem numa dificuldade acrescida em fazer projetos de vida ou realizar planos a médio/ longo prazo.

Num contexto europeu, a crise no emprego jovem teve maior impacto em países que passaram por grandes ajustamentos económico-financeiros e medidas de austeridade, como é caso de Portugal, e, portanto, os jovens ficam numa situação de maior vulnerabilidade. Segundo Schmidt (1990) é perceptível que a inserção profissional dos jovens seja cada vez mais tardia, assim como, mais instável, estando sujeitos à precariedade do mercado de trabalho.

Deve ser tido em conta ainda, que, esta instabilidade laboral foi agravada pela pandemia COVID-19, onde os trabalhadores jovens adultos, entre 2019 e 2020, se encontraram numa situação de um maior aumento no desemprego em comparação com trabalhadores de faixas etárias mais elevadas, de acordo com um relatório da OCDE de 2021. Neste sentido, verifica-se que nos dias de hoje a precariedade laboral é uma das situações que mais afeta as famílias portuguesas, e principalmente os jovens adultos.

#### **2.3.4 Taxa de esforço**

A taxa de esforço é um indicador muito importante que permite às entidades financeiras realizar uma avaliação quanto à capacidade de cumprimento dos encargos de um crédito, de modo que, simultaneamente, não se verifiquem dificuldades em cumprir com as despesas do dia-a-dia, e portanto esta taxa trata-se de uma medida de análise do risco de crédito.

Este indicador permite ver a percentagem do rendimento que fica disponível após o pagamento das prestações do crédito, incluindo a prestação do crédito que se pretende contrair, sendo esta, uma forma de garantir que apenas são assumidos compromissos que possam ser cumpridos, assim como, evitar o sobre-endividamento. Isto é, a taxa de esforço corresponde à percentagem do rendimento familiar que é destinada ao pagamento das prestações de créditos que tenham sido contraídos.

Desta forma, o Banco de Portugal inclui nas suas recomendações um limite máximo aceitável para a taxa de esforço, em que, “o montante total das prestações mensais dos empréstimos do cliente, incluindo a prestação decorrente do empréstimo que pretende contratar e as prestações de outros créditos que suporte, não deve, em regra,

exceder metade (50%) do seu rendimento, líquido de impostos e de contribuições obrigatórias à Segurança Social” (Banco de Portugal, 2022, p.1). No entanto, para novos créditos, a taxa de esforço recomendada não deverá ser superior a um terço do rendimento familiar, ou seja, não deverá ser superior a 33%.

Desta forma, é muito importante, mais uma vez, que seja tido em conta o impacto que a contração de um crédito vai ter no orçamento familiar.

### **2.3.5 Prazos dos empréstimos**

Recentemente, o Banco de Portugal realizou uma revisão relativamente aos prazos recomendados dos contratos de crédito à habitação, crédito com garantia hipotecária e crédito ao consumo, sendo que apenas quem tem até 30 anos de idade poderá continuar a contrair um crédito à habitação a 40 anos. Esta revisão teve como objetivo “evitar a acumulação de risco excessivo no balanço dos bancos e garantir que as famílias obtêm financiamento sustentável, minimizando o risco de incumprimento” (Banco de Portugal, 2022, p.1), tendo também como propósito chegar a uma aproximação da média europeia e evitar maturidades que atinjam a idade de reforma.

Desta forma, o Banco de Portugal fixou tetos consoante a idade dos mutuários, limitando o prazo máximo possível do empréstimo de 40 anos a quem tenha até 30 anos. A partir desta idade, os prazos diminuem. Quem tem entre 30 e 35 anos pode realizar um crédito a 37 anos, no máximo, e para os consumidores acima de 35 anos o limite desce para os 35 anos.

No entanto, este pode ser mais um entrave a jovens adultos entre os 30 e 35 anos, que vêm o limite do prazo em contratos de crédito a habitação a ser reduzido, traduzindo-se consequentemente em prestações mais altas, o que poderá condicionar a aprovação do crédito.

Os prazos anteriormente referidos referem-se essencialmente a crédito à habitação. Já os contratos de crédito pessoal não devem exceder um prazo de 7 anos, exceto se tiverem como finalidade educação, saúde ou energias renováveis, assim como os contratos de crédito automóvel não devem ter um prazo superior a 10 anos, de acordo com o Banco de Portugal (2022).

Desta forma, o objetivo é realmente compreender e analisar se as determinantes anteriormente apontadas (o desemprego jovem; o rendimento médio disponível por família; a precariedade laboral; a taxa de esforço; os prazos dos créditos) podem ser considerados como fatores influenciadores na facilidade ou dificuldade em contrair um empréstimo por parte de jovens adultos.

## **2.4 Estudos sobre a mesma matéria noutros países**

O acesso ao crédito por parte dos jovens adultos está associado a uma fase de vida em que os mesmos já atingiram alguma independência financeira. Desta forma, foram analisados dois estudos que auxiliam a análise das dificuldades e de algumas condições que facilitam ou não o alcance dessa independência financeira.

Um estudo de Heath e Calvert (2013) indica que os jovens adultos (entre os vinte e trinta e poucos anos) dependem cada vez mais de apoio familiar para suportar os custos de vida de forma “independente”.

A proporção de compradores de habitação própria pela primeira vez no Reino Unido com menos de 30 anos que dependiam de apoio financeiro de membros da família aumentou de 10%, em meados da década de 1990, para cerca de 40% em meados da década de 2000, e para cerca de 50% em 2008. Note-se que muitos dos produtos hipotecários disponíveis para jovens adultos têm como premissa a obrigação de alguma forma de contribuição dos pais ou familiares próximos. Deste modo, a dependência contínua de apoio financeiro familiar tornou-se uma característica comum na vida de muitos jovens adultos.

Assim, verifica-se que o apoio financeiro de familiares pode ter um impacto considerável no momento da aquisição de habitação própria e no montante de poupança necessária.

Outro estudo, realizado por Xiao et al. (2014), refere que com um período mais longo de transição para a idade adulta, muitos jovens adultos dependem financeiramente dos seus pais e familiares mais próximos por um período prolongado. Os autores estimam que, nos Estados Unidos da América, os pais fornecem, em média, 38.000 dólares, em apoio à habitação própria, alimentação, educação ou assistência financeira direta durante o período de transição, e que desta forma, as famílias gastam aproximadamente 10% do



seu rendimento anual para sustentar os seus filhos jovens adultos de idades entre os 18 e 21 anos.

O artigo refere ainda que a independência financeira dos jovens adultos é associada à condição económica dos seus pais. Jovens adultos que foram criados num ambiente com mais riqueza são mais propensos a serem financeiramente independentes com mais facilidade. E desta forma, fatores familiares, como condições socioeconómicas dos pais e o estilo de vida dos mesmos, afetam o grau de independência financeira dos jovens adultos.

É indicada ainda, como uma das principais razões para os jovens adultos levarem mais tempo a tornarem-se financeiramente independentes, a maior procura por jovens com educação e qualificações académicas exigidas pela sociedade e pelo mercado de trabalho. A associação entre o nível de escolaridade e a transição para a vida adulta encontrada na literatura existente sugere que a escolaridade dos jovens adultos também pode afetar a sua independência financeira. E que desta forma, a literacia financeira é tida como um fator importante para atingir os objetivos que conduzem ao caminho da independência financeira e do bem-estar financeiro dos jovens na transição para a vida adulta.

## Metodologia da Pesquisa

### 3.1 Questão a pesquisar e estratégia de pesquisa

A dificuldade na contratação de empréstimos por parte dos jovens adultos é uma realidade que perdura. Desde setembro de 2002, deixou de ser possível contratar novos créditos à habitação segundo o regime de crédito bonificado jovem.

Neste sentido, o objetivo desta investigação é analisar o grau de facilidade com que os jovens adultos em Portugal conseguem aceder ao crédito bancário, dando resposta às seguintes questões: Que determinantes mais dificultam o acesso ao crédito por parte dos jovens adultos? Existem diferenças dentro do intervalo de idades definido para jovens adultos?

O estudo foi elaborado com base num questionário *online* (Anexo A) aplicado a uma amostra da população portuguesa, tendo sido disponibilizado por via eletrónica entre os dias 24 de Abril e 1 de Setembro de 2022 e criado através do *Google Docs*. O método de amostragem utilizado foi o método não-causal, por amostragem por conveniência, uma vez que a divulgação foi efetuada a partir de redes sociais (*LinkedIn*, entre outros), *emails* enviados para alunos do ISCTE e pelo site da ISCTE *Business School* “Participar em projetos de investigação” através do apoio do departamento de *Marketing* IBS ISCTE-IUL. O objetivo foi obter uma amostra com a maior dimensão possível, de forma a ser possível tirar conclusões e realizar análises mais ajustadas à realidade da comunidade estudada.

O questionário elaborado foi dividido em dois níveis:

1. Caracterização do perfil sociodemográfico do inquirido. Para o efeito, foram usadas as seguintes variáveis: idade; género; habilitações literárias; em que situação profissional se encontra e qual o seu rendimento líquido mensal; há quanto tempo se encontra na situação profissional atual; qual o tipo de residência atual e há quantos anos reside na mesma; por quantos elementos é composto o seu agregado familiar e dos mesmos, quantos estão empregados e quanto é em média o rendimento mensal do seu agregado familiar;

2. Caracterização do crédito, subdividido em: 2.1) Jovens adultos que já contraíram um crédito (Qual o tipo de crédito contraído, prazo de reembolso e taxa de esforço suportada, se teve a participação de alguém no crédito e que tipo de dificuldades se confrontou na contratação do mesmo); 2.2) Jovens adultos que nunca contraíram um crédito (Se têm perspectivas de num futuro próximo contrair um crédito, e caso a resposta tenha sido “sim”, segue para perguntas como, qual o tipo de crédito e quais os motivos para ainda não ter reunido as condições para contrair um crédito).

## **3.2 Análise de Dados**

No capítulo que se segue foi efetuada uma análise dos resultados obtidos a partir do SPSS, efetuando alguns testes de dependência de variáveis com os resultados que a amostra do questionário permitiu obter. Sendo que, do total de respostas duas foram consideradas inválidas, uma vez que, na questão relativa à taxa de esforço suportada a resposta deveria ser uma percentagem (máximo até 100%), e duas tiveram como resposta um número inteiro superior a 100%, pelo que foram consideradas inválidas.

### **3.2.1. Caracterização da Amostra, perfil sociodemográfico**

No questionário efetuado foram obtidas 405 respostas, das quais 403 foram consideradas válidas (Anexo A). Todo o questionário foi produzido com o intuito de obter uma resposta individual e, portanto, todas as conclusões e análises serão efetuadas dessa forma.

Com base na análise do SPSS, são detetadas as seguintes características sociodemográficas (Anexo B):

- Idade: Verifica-se uma grande diversidade de respostas dentro do intervalo de idades definido anteriormente para jovens adultos (18-35 anos), sendo que, predominam os inquiridos com idades entre os 22; 23 e 24 anos, com 17,9%; 20,3% e 10,7% respetivamente.
- Sexo: A amostra obtida foi equilibrada quanto ao sexo, sendo esta composta por 43,9% de inquiridos do sexo masculino e por 56,1% do sexo feminino.

- Habilitações literárias: 16,4% dos inquiridos tem até ao ensino secundário concluído; 52,4% dos inquiridos são licenciados; 30,8% dos inquiridos tem o mestrado concluído e 0,5% dos inquiridos são doutorados.
- Situação profissional: 12,2% dos inquiridos são desempregados, 3,7% encontra-se em estágio não remunerado, 16,1% encontra-se em estágio remunerado, 24,8% trabalha com contrato a termo certo/ incerto, 6,9% dos inquiridos trabalha a recibos-verdes e 36,2% trabalha com contrato sem termo.
- Rendimento líquido mensal: A nível de rendimento líquido mensal, 13,9% dos inquiridos não recebem qualquer tipo de remuneração, sendo estes jovens estudantes, desempregados ou a frequentar estágios não remunerados. Dos que recebem rendimento, as maiores percentagens centram-se em valores entre os 705€ e os 1500€, sendo que, a frequência de respostas dos jovens inquiridos que se encontram em intervalos de remuneração líquida mensal para valores superiores a 1500€ é bastante mais reduzida.
- Duração de tempo em que desempenham a função atual: Do total de inquiridos 2,7% são estudantes. Os inquiridos que desempenham a sua função atual há um ano ou menos de um ano são predominantes, representado 61% do total de inquiridos. Posteriormente, encontram-se os inquiridos que desempenham a mesma função entre um e quatro anos, com percentagens entre os 12,7% e os 6,7%. Inquiridos que desempenham a mesma função há mais de quatro anos representam uma percentagem bastante reduzida quando comparada com os intervalos de tempo anteriormente referidos.
- Tipo de residência: Do total de inquiridos, a maioria vive em casa de familiares (56,3%). De seguida, 30,5% vive em habitação arrendada, 11,7% vive em habitação própria com hipoteca e 1,5% vive em habitação própria sem hipoteca.
- Há quantos anos vive na residência atual: As percentagens mais predominantes são de inquiridos que vivem na sua residência atual há um ano ou há menos de um ano, 11,9% e 11,4% respetivamente, assim como de inquiridos que moram na sua residência atual há 23 anos, isto é, que moram em casa de familiares desde sempre, representando 10,9% do total.
- Elementos do agregado familiar: O agregado familiar de 15,1% dos inquiridos é composto por apenas uma pessoa (por eles mesmos), 20,3% é composto por duas pessoas, 24,6% dos inquiridos tem um agregado familiar composto por 3 pessoas,

32,3% é composto por 4 pessoas, 6,9% é composto por 5 pessoas e apenas 0,7% dos inquiridos tem um agregado familiar composto por mais de 5 pessoas.

- Elementos do agregado familiar empregados: Esta pergunta está diretamente relacionada com a pergunta anterior (Qual o número de elementos do agregado familiar). Dos 61 inquiridos em que o agregado familiar é composto apenas por eles mesmos, ou seja, por apenas uma pessoa, todos responderam que se encontram numa situação de empregabilidade. Em agregados familiares compostos por duas pessoas, na sua grande maioria (90,2%) têm as duas pessoas empregadas, já em agregados familiares compostos por três, quatro ou cinco pessoas, as percentagens de pessoas empregadas verificam uma maior dispersão. Por fim, dos três inquiridos que responderam ter agregados familiares compostos por mais de cinco pessoas, dois inquiridos responderam ter duas pessoas empregadas e uma respondeu ter todos os elementos empregados.
- Média do rendimento mensal do agregado familiar: A média do rendimento mensal do agregado familiar foi uma pergunta de resposta livre, pelo que apresenta uma grande diversidade de respostas. Desta forma, dada a variedade de dados existentes, foram criadas várias classes por intervalos de valores, de forma a facilitar a análise dos mesmos (Anexo D). As respostas a esta pergunta estão, diretamente relacionadas com a pergunta anterior (Número de elementos do agregado familiar empregados), em que 71% dos inquiridos com agregado familiar composto apenas por eles mesmos, apresentam uma média do rendimento mensal entre 1000€ e 1500€. A maior frequência da média do rendimento mensal de agregados familiares compostos por duas pessoas situa-se entre os 1500€ e os 3000€, já compostos por três pessoas, situa-se entre os 2000€ e os 4500€ e em agregados familiares compostos por quatro pessoas, situa-se entre os 3000€ e os 6000€. Portante, verifica-se, como expectável, um aumento do rendimento médio mensal do agregado familiar à medida que o número de elementos empregados no agregado familiar aumenta.

### 3.2.2 Crédito

Foi questionado aos inquiridos se já tinham contraído algum crédito, pelo que as perguntas seguintes iriam depender da resposta dada a esta pergunta. A esta pergunta 26,8% dos inquiridos responderam já ter contraído algum tipo de crédito e 73,2% respondeu nunca ter contraído um crédito, isto é, 108 jovens dos 403 inquiridos já contraíram um crédito e 295 afirmaram nunca ter contraído um crédito (Anexo C).

#### 3.2.2.1 Jovens adultos que já contraíram um crédito

Relativamente aos jovens adultos inquiridos que responderam já terem contraído um crédito, verifica-se uma maior tendência para dois tipos de crédito, crédito à habitação e crédito automóvel, representando 38,1% e 37,3% da amostra, respetivamente (Tabela 4). De referir, que cada inquirido podia responder a mais que uma das respostas disponíveis, caso já tivesse contraído mais que um tipo de crédito.

Dos inquiridos que mais responderam já ter contraído um crédito têm 30 anos de idade, assim como, os inquiridos que mais responderam nunca ter contraído um crédito encontram-se entre os 20 e 26 anos (Anexo C).

Assim como, a maioria dos inquiridos que responderam já ter contraído um crédito são jovens adultos com uma situação profissional mais estável, isto é, com contrato a termo certo/incerto e com contrato sem termo (Anexo C).

Tabela 4- Tipo de crédito recorrido

		Contagem	% de respostas da coluna
\$Tipo_de_crédito_recorrido	Crédito à habitação	51	38,1%
	Crédito automóvel	50	37,3%
	Crédito pessoal	22	16,4%
	Crédito universitário	8	6,0%
	Cartão de crédito	2	1,5%
	Crédito de empresa	1	0,7%

As respostas obtidas relativamente ao prazo de reembolso suportado (Tabela 5) apresentam elevada dispersão. A média do prazo de reembolso para quem respondeu já ter contraído um crédito é de 19,48 anos, sendo que, o prazo de reembolso que registou maior frequência foi 40 anos de reembolso. O prazo de reembolso está diretamente

relacionado com o tipo de crédito contraído, sendo que o facto do prazo com maior frequência ser 40 anos deve-se ao crédito à habitação ter sido o tipo de empréstimo mais contraído pelos inquiridos.

De salientar ainda que 0 foi o código atribuído para respostas de prazos de reembolso inferiores a 1 ano, e portanto o mínimo apresentado ser 0 indica precisamente respostas de prazos de reembolso inferiores a 1 ano.

*Tabela 5- Prazo de reembolso do crédito (anos)*

N	Válido	108
	Omisso	295
Média		19,48
Modo		40
Erro Desvio		16,258
Mínimo		0
Máximo		40

Foi questionado aos inquiridos qual a taxa de esforço suportada no crédito, sendo que a mesma depende do tipo de crédito contraído, pois o valor total do crédito é dividido por várias prestações que entram para o cálculo da taxa de esforço e do rendimento mensal líquido familiar.

Infelizmente para o presente estudo, 15,1% dos inquiridos (Anexo C) não respondeu devidamente à pergunta, em que responderam que não sabiam qual tinha sido a taxa de esforço aplicada, tendo sido esta a resposta com maior frequência. Pois o código dado para os inquiridos que responderam que “não sabiam” qual foi a taxa de esforço suportada pelos mesmos foi 0, sendo este o valor da moda (Tabela 6).

*Tabela 6- Taxa de esforço suportada*

N	Válido	106
	Omisso	297
Média		23,769
Modo		,0
Erro Desvio		16,7615
Mínimo		,0
Máximo		120,0

Relativamente à questão se os inquiridos tiveram a participação de alguém no crédito, isto é se houve algum familiar/ amigo que assumiu o papel de avalista (ou fiador),

ou que prestou alguma garantia, dos 108 inquiridos que responderam já ter contraído um crédito, 47 respondeu ter tido o envolvimento de algum familiar/amigo no crédito contraído e 61 respondeu que não (Tabela 7).

*Tabela 7- Participação de alguém no crédito*

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	47	11,7	43,5	43,5
	Não	61	15,1	56,5	100,0
	Total	108	26,8	100,0	
Omisso	Sistema	295	73,2		
Total		403	100,0		

À pergunta se na contração do crédito os inquiridos se identificaram com algumas das situações descritas (e caso tivessem alguma situação adicional com que se tivessem deparado, tinham uma opção aberta onde podiam escrever), as respostas mais selecionadas foram que não se identificaram com nenhuma das situações descritas, a obrigatoriedade da participação de um familiar próximo/ fiador na contratação do crédito e a taxa de esforço elevada, correspondendo a 27%, 23,9% e 14,7% dos inquiridos, respetivamente (Tabela 8).

Tendo em conta que 0,18% dos inquiridos que responderam que não se identificaram com nenhuma das situações descritas, escreveram de forma aberta uma situação com que se depararam na contratação do crédito.



Tabela 8- Situações verificadas na contratação do crédito

		Contagem	% de respostas da coluna
\$Deparou_se_com_algumas_das_seguintes_situacoes	Dificuldade na prestação de garantias sólidas.	18	11,0%
	Obrigatoriedade da participação de um familiar próximo/ fiador na contratação do crédito.	39	23,9%
	Taxa de esforço elevada (> 33%).	24	14,7%
	As reduções dos prazos dos empréstimos para determinados intervalos de idades dificultaram o acesso ao crédito, na medida em que as prestações mensais são mais elevadas.	10	6,1%
	Situação financeira instável.	20	12,3%
	Não me identifiquei com nenhuma das situações acima mencionadas.	44	27,0%
	O banco utilizou para o cálculo da taxa de esforço uma subida da euribor superior à subida que costumam considerar (por causa da pandemia), levando a uma taxa de esforço hipotética superior a 33% e exigindo assim um fiador	2	1,2%
	Exigência de uma entrada inicial de cerca de 15% do capital	1	0,6%
	Demora por parte do banco a tratar das coisas	1	0,6%
	Fim do aval governamental que cedia período de carência	2	1,2%
	Entrada de 2000 euros	1	0,6%
	O crédito não aprovado na totalidade devido à elevada taxa de esforço	1	0,6%

### 3.2.2.2 Jovens adultos que nunca contraíram um crédito

Relativamente aos jovens que responderam nunca ter contraído um crédito (73,2% dos inquiridos) foram encaminhados para as perguntas que vão ser analisadas de seguida.

A primeira questão foi se tinham ou não perspectivas de vir a contrair um crédito no futuro próximo (2-3 anos), à qual 66,4% respondeu que sim (Tabela 9). No caso dos inquiridos que responderam “não” a esta questão, o questionário foi dado com terminado, e aos que responderam que “sim” seguiram-se as próximas perguntas.

Tabela 9- Perspetivas de num futuro próximo (2-3 anos) vir a contrair um crédito

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	196	48,6	66,4	66,4
	Não	99	24,6	33,6	100,0
	Total	295	73,2	100,0	
Omisso	Sistema	108	26,8		
Total		403	100,0		

À pergunta que se seguia, sobre o tipo de crédito que os jovens adultos que nunca contraíram um crédito e tinham perspetivas de o fazer num futuro próximo, foi com grande maioria o crédito à habitação, respondido por 79,4% dos inquiridos (Tabela 10).

Tabela 10- Que tipo de crédito tem perspetivas de vir a contrair no futuro

		Contagem	% de respostas da coluna
\$Tipo_de_crédito	Crédito à habitação	173	79,4%
	Crédito automóvel	33	15,1%
	Crédito pessoal	10	4,6%
	Crédito universitário	2	0,9%

Por fim, à questão dos motivos pelos quais os jovens adultos consideram ainda não ter reunido condições para contrair um crédito, a respostas mais assinaladas foram, que pretendem realizar previamente uma poupança sólida com 24,1% dos inquiridos, que ainda não têm condições devido à elevada taxa de esforço com 19% dos inquiridos e porque se encontram numa situação financeira instável com 18,4% dos inquiridos (Tabela 11).

Tabela 11- Motivos pelos quais ainda não se verificaram condições para contrair um crédito

		Contagem	% de respostas da coluna
\$Motivos_pelos_quais_ainda_nao_tem_condicoes_contrair_credito	Dificuldade na prestação de garantias sólidas	175	32,2%
	Taxa de esforço elevada (> 33%)	103	19,0%
	As reduções dos prazos dos empréstimos para determinados intervalos de idades dificultam o acesso ao crédito, na medida em que as prestações mensais são mais elevadas.	26	4,8%
	Situação financeira instável.	100	18,4%
	Pretendo realizar previamente uma poupança sólida.	131	24,1%
	Ainda não houve necessidade	5	0,9%
	Valor de entrada exigido pelas entidades bancárias + valor para impostos e taxas na compra da casa	2	0,4%
	Dificuldades em comprar casa, falta de confiança nos vendedores e imobiliárias	1	0,2%

## Testes Estatísticos

### 4.1 Análise estatística

Os dados analisados no capítulo anterior permitiram verificar algumas das características descritivas sobre a amostra obtida. No entanto e com o objetivo de perceber as diferenças verificadas, neste capítulo são efetuados testes de associação em algumas variáveis.

Nos testes de correlação realizados de seguida, foi utilizado o coeficiente de correlação de *Spearman*, uma vez que se trata de variáveis não-paramétricas e de variáveis de carácter quantitativo, assim como de carácter qualitativo.

### 4.2 Correlação entre o rendimento líquido mensal e habilitações literárias

Através das respostas obtidas, verifica-se que a maioria dos inquiridos tem o ensino superior concluído, em que 52,4% dos mesmos apresentam ser licenciados e 30,8% apresentam ser mestres (Anexo B).

Desta forma, pretende-se compreender se existe algum tipo de correlação entre o rendimento líquido mensal de cada inquirido e as suas habilitações literárias:

H0: A correlação entre as variáveis não é estatisticamente significativa;

H1: A correlação é estatisticamente significativa.

Com o resultado do teste verifica-se que  $p=0,009$  (Tabela 12), bastante inferior ao nível de significância de 5%, o que permite concluir que a correlação entre as variáveis é estatisticamente significativa e, portanto, rejeita-se H0.

O coeficiente de correlação assume o valor de 0,13 o que revela existir uma relação positiva, fraca e significativa entre as variáveis, e portanto quanto maior for o nível de formação maior é o rendimento líquido mensal.

Tabela 12- Teste de correlação entre as variáveis rendimento mensal líquido e habilitações literárias

			Rendimento_Líquido_Mensal	Habilitações_literárias
rô de Spearman	Rendimento_Líquido_Mensal	Coefficiente de Correlação	1,000	,130**
		Sig. (2 extremidades)	.	,009
		N	403	403
	Habilitações_literárias	Coefficiente de Correlação	,130**	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,009	.
		N	403	403

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Como verificado na revisão da literatura, a taxa de desemprego jovem é relativamente mais baixa em jovens com ensino superior concluído quando comparada com a taxa de desemprego jovem com apenas o ensino secundário concluído. Atualmente, o facto de esta ser a geração com os níveis de qualificação mais elevados e Portugal ter, neste momento, mais estudantes inscritos no ensino superior do que a média dos países da OECD, pode ser um bom indicador na medida em que se verifica uma correlação positiva entre habilitações literárias e o rendimento líquido mensal. E portanto, num cenário de existência de boas oportunidades de trabalho para o jovens, estes, sendo qualificados e com elevadas habilitações académicas em Portugal, a probabilidade de terem um rendimento líquido mensal mais elevado é maior.

### 4.3 Correlação entre o rendimento médio mensal do agregado familiar e contratação de crédito

Entre os resultados obtidos, observa-se que 26,8% respondeu já ter contraído algum tipo de crédito e 73,2% respondeu que não (Anexo C). Desta forma, pretende-se compreender se existe algum tipo de correlação entre o rendimento médio mensal do agregado familiar e o facto de já ter contraído um crédito ou não:

H0: A correlação entre as variáveis não é estatisticamente significativa;

H1: A correlação é estatisticamente significativa.

Com o resultado do teste verifica-se que  $p \neq 0$  (Tabela 13), bastante inferior ao nível de significância de 5%, o que permite concluir que a correlação entre as variáveis é estatisticamente significativa e, portanto rejeita-se H0.

O coeficiente de correlação assume o valor de 0,172 o que revela existir uma relação positiva, fraca e significativa entre as variáveis, o que significa que quanto mais elevado for o rendimento médio mensal do agregado familiar maior é a probabilidade de obter respostas positivas relativamente à contratação de crédito.

Tabela 13- Teste de correlação entre as variáveis rendimento médio mensal familiar e a contratação de crédito

			Média_do_rendimento_mensal_do_agregado_familiar	Alguma_vez_contraiu_um_crédito?
rô de Spearman	Média_do_rendimento_mensal_do_agregado_familiar	Coefficiente de Correlação	1,000	,172**
		Sig. (2 extremidades)	.	<,001
		N	403	403
	Alguma_vez_contraiu_um_crédito?	Coefficiente de Correlação	,172**	1,000
		Sig. (2 extremidades)	<,001	.
		N	403	403

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Como verificado na revisão da literatura, quando é solicitado um crédito, os bancos solicitam garantias, baseando-se cada vez mais nos rendimentos do agregado familiar. Assim sendo, verifica-se com a correlação positiva entre o rendimento médio do agregado familiar e a contratação de crédito, que um elevado rendimento médio do agregado familiar facilita a contratação de crédito por parte dos jovens adultos, quer seja por uma questão de prestação de garantias ao banco, e portanto, através da participação de familiares como fiadores/ garantia na contratação do crédito, quer como de forma indireta, na contribuição para a poupança para o valor de entrada do crédito, por exemplo.

#### 4.4 Teste de independência entre contratação do crédito e o perfil sociodemográfico

Com objetivo de testar o grau de dependência do facto de já ter contraído ou não um crédito com algumas variáveis sociodemográficas, foram efetuados testes de independência, com base no teste qui quadrado, cujas hipóteses são as seguintes:

H0: As variáveis são independentes;

H1: As variáveis são dependentes e estão associadas.

- Sexo:  $p=0,086 > 5\%$ ;  $H_0$  não é rejeitada;
- Idade:  $p\cong 0 < 5\%$ ;  $H_0$  é rejeitada;
- Situação profissional:  $p\cong 0 < 5\%$ ;  $H_0$  é rejeitada;
- Rendimento líquido mensal:  $p\cong 0 < 5\%$ ;  $H_0$  é rejeitada;
- Tipo de residência:  $p\cong 0 < 5\%$ ;  $H_0$  é rejeitada.

Tendo em conta os resultados obtidos, conclui-se que a variável contratação de crédito é independente da variável sexo, mas dependente das variáveis idade, situação profissional atual, rendimento líquido mensal e tipo de residência (Anexo E).

Através do teste de dependência entre o intervalo de idades (18-35 anos) e a contratação de crédito verifica-se que a contratação de crédito é uma variável dependente da idade, uma vez que, o teste de dependência aplicado para um nível de significância de 5% revelou que  $p\cong 0$ , e, portanto,  $H_0$  é rejeitada (Anexo E).

De acordo com os resultados obtidos, verifica-se ainda que dentro do intervalo de idades definido para jovens adultos, a grande maioria que referiu já ter contraído um crédito são jovens com 29 ou mais anos. Já dos 49 inquiridos que apresentaram ter idade inferior a 22 anos, apenas 3 referiram já ter contraído algum tipo de crédito, isto é, praticamente nenhum jovem com idade inferior a 22 contraíu um crédito (Tabela 14). De referir ainda que, na faixa etária dos 22 aos 29 anos inclusive, dos 64 inquiridos que responderam já ter contraído um crédito, 51 responderam que um dos créditos (uma vez que podiam selecionar mais que um tipo de crédito caso fosse o caso) que já tinham contraído foi o crédito à habitação, assim como, dos 3 inquiridos com idades inferiores a 22 anos que responderam já ter contraído um crédito, o tipo de crédito contraído foi crédito automóvel, crédito pessoal e crédito universitário.

Tabela 14- Contração ou não de crédito por idades

Idade (Binned)		Alguma_vez_contraiu_um_crédito?		Total
		Sim	Não	
<22	Contagem	3	46	49
	% em Idade (Binned)	6,1%	93,9%	100,0%
22-29	Contagem	64	242	306
	% em Idade (Binned)	20,9%	79,1%	100,0%
>29	Contagem	41	7	48
	% em Idade (Binned)	85,4%	14,6%	100,0%
Total	Contagem	108	295	403
	% em Idade (Binned)	26,8%	73,2%	100,0%

Relativamente à variável situação profissional atual, verifica-se através deste teste que a contratação de crédito também é uma variável dependente da situação profissional, uma vez que, o teste de dependência aplicado para um nível de significância de 5% revelou que  $p \neq 0$ , e, portanto,  $H_0$  é rejeitada (Anexo E).

Verifica-se que os inquiridos que se encontram no desemprego ou numa situação laboral precária, como estágio não remunerado e estágio remunerado responderam quase na sua totalidade que nunca contraíram um crédito. Já dos inquiridos que se encontram numa situação laboral mais estável (contrato sem termo), 43,2% refere já ter contraído um crédito (Tabela 15).

Como referido na revisão da literatura, condições precárias de trabalho são usualmente associadas a uma maior insegurança contratual e a baixos salários o que acaba por se refletir (verificado através do teste realizado) numa maior dificuldade no acesso ao crédito. Sendo esta dificuldade uma consequência que advém da instabilidade e dos riscos imprevisíveis relativos à precariedade laboral, pois os jovens nestas condições, encontram-se numa situação de maior vulnerabilidade.

Tabela 15- Contração ou não de crédito por situação profissional

Situação_profissional_			Alguma_vez_contraiu_um_crédito?		Total
			Sim	Não	
Desemprego	Contagem		4	45	49
	% em Situação_profissional_		8,2%	91,8%	100,0%
Estágio não remunerado	Contagem		1	14	15
	% em Situação_profissional_		6,7%	93,3%	100,0%
Estágio remunerado	Contagem		1	64	65
	% em Situação_profissional_		1,5%	98,5%	100,0%
Contrato a termo certo/incerto	Contagem		28	72	100
	% em Situação_profissional_		28,0%	72,0%	100,0%
Recibos-verdes	Contagem		11	17	28
	% em Situação_profissional_		39,3%	60,7%	100,0%
Contrato sem termo	Contagem		63	83	146
	% em Situação_profissional_		43,2%	56,8%	100,0%
Total	Contagem		108	295	403
	% em Situação_profissional_		26,8%	73,2%	100,0%

Relativamente ao rendimento líquido mensal, à semelhança com o que se verificou com a variável situação profissional atual, verifica-se que quanto maior é o rendimento líquido mensal, e, portanto, á partida quanto maior é a estabilidade financeira dos



inquiridos maior é a tendência para resposta positiva relativamente à contratação de crédito (Tabela 16).

Tabela 16- Contratação ou não de crédito pelo rendimento líquido mensal

		Alguma_vez_contraiu_um_crédito?		Total	
		Sim	Não		
Rendimento_Líquido_Mensal (Binned)	<=850	Contagem	19	81	100
		% em Rendimento_Líquido_Mensal (Binned)	19,0%	81,0%	100,0%
	851-1200	Contagem	42	117	159
		% em Rendimento_Líquido_Mensal (Binned)	26,4%	73,6%	100,0%
	> 1200	Contagem	43	45	88
		% em Rendimento_Líquido_Mensal (Binned)	48,9%	51,1%	100,0%
	Não tem remuneração	Contagem	4	52	56
		% em Rendimento_Líquido_Mensal (Binned)	7,1%	92,9%	100,0%
Total		Contagem	108	295	403
		% em Rendimento_Líquido_Mensal (Binned)	26,8%	73,2%	100,0%

Uma vez que o tipo de residência atual e há quanto tempo vive na mesma, podem ser questões relevantes na avaliação do risco de crédito de particulares, pois traduzem coeficientes adicionais de estabilidade, procurou-se testar a independência entre as variáveis contratação de crédito e o tipo de residência atual dos inquiridos.

Tendo em conta o resultado obtido, conclui-se que a contratação de crédito é uma variável dependente do tipo de residência atual, uma vez que,  $p$  assume o valor de aproximadamente 0 e, portanto, para um nível de significância de 5%,  $H_0$  é rejeitada (Anexo E).

De acordo com os resultados obtidos (Tabela 17), verifica-se que 46 inquiridos dos 53 jovens adultos que vivem em habitação própria com ou sem hipoteca já contraíram um crédito, enquanto, a maioria dos jovens que vivem com os familiares ou em habitação arrendada nunca contraíram um crédito, 86,3% e 74,8% respetivamente.

Tabela 17- Contração ou não de crédito pelo tipo de residência

Tipo_de_residência (Binned)			Alguma_vez_contraiu_um_crédito?		Total
			Sim	Não	
Arrendada	Contagem		31	92	123
	% em Tipo_de_residência (Binned)		25,2%	74,8%	100,0%
Própria com/sem hipoteca	Contagem		46	7	53
	% em Tipo_de_residência (Binned)		86,8%	13,2%	100,0%
Vive em casa de familiares	Contagem		31	196	227
	% em Tipo_de_residência (Binned)		13,7%	86,3%	100,0%
Total	Contagem		108	295	403
	% em Tipo_de_residência (Binned)		26,8%	73,2%	100,0%

## 4.5 Teste de independência entre tipo de residência e o rendimento líquido mensal

De forma a perceber se o tipo de residência atual dos inquiridos depende do seu rendimento líquido mensal, foi realizado o teste qui quadrado com as seguintes hipóteses:

H0: As variáveis são independentes;

H1: As variáveis são dependentes e estão associadas.

Tendo em conta o resultado obtido, conclui-se que o tipo de residência atual é uma variável dependente do rendimento líquido mensal dos inquiridos, uma vez que,  $p$  assume o valor de aproximadamente 0 e, portanto, para um nível de significância de 5%, H0 é rejeitada (Anexo E).

Através dos resultados obtidos, verifica-se ainda que jovens adultos sem remuneração ou com rendimentos mensais líquidos até 1200€ se encontram na sua grande maioria a viver em casa de familiares. Já relativamente aos inquiridos com rendimentos superiores a 1200€, verifica-se uma maior dispersão, com 48,9% a viver em habitação arrendada, e 27,3% a viver em habitação própria (Tabela 18).

Tabela 18- Tipo de residência pelo rendimento líquido mensal

Rendimento_Líquido_Mensal (Binned)		Tipo_de_residência (Binned)			Total
		Arrendada	Própria com/sem hipoteca	Vive em casa de familiares	
<=850	Contagem	25	5	70	100
	% em Rendimento_Líquido_Mensal (Binned)	25,0%	5,0%	70,0%	100,0%
851-1200	Contagem	42	21	96	159
	% em Rendimento_Líquido_Mensal (Binned)	26,4%	13,2%	60,4%	100,0%
> 1200	Contagem	43	24	21	88
	% em Rendimento_Líquido_Mensal (Binned)	48,9%	27,3%	23,9%	100,0%
Não tem remuneração	Contagem	13	3	40	56
	% em Rendimento_Líquido_Mensal (Binned)	23,2%	5,4%	71,4%	100,0%
Total	Contagem	123	53	227	403
	% em Rendimento_Líquido_Mensal (Binned)	30,5%	13,2%	56,3%	100,0%

#### 4.6 Teste de independência entre se teve a participação de alguém no crédito e o tipo de residência

De forma a entender se dos inquiridos que já contraíram um crédito, o facto de terem tido ou não a participação de alguém no crédito depende do seu tipo de residência atual, foi realizado o teste qui quadrado com as seguintes hipóteses:

H0: As variáveis são independentes;

H1: As variáveis são dependentes e estão associadas.

Tendo em conta o resultado obtido, conclui-se que o facto de ter participação de alguém no crédito contraído é uma variável dependente do tipo de residência, uma vez que,  $p \approx 0,007$  e, portanto, para um nível de significância de 5%, a H0 é rejeitada (Anexo E).

Através dos resultados obtidos, verifica-se que dos 46 inquiridos que já contraíram um crédito e vivem em habitação própria com/sem hipoteca, 28 tiveram a participação de alguém no crédito contraído (Tabela 19). De referir ainda que, destes 28 jovens adultos, 26 contraíram crédito à habitação. Desta forma, verifica-se que através do teste de independência anterior (entre o tipo de residência e o rendimento líquido mensal), o aumento do rendimento líquido mensal dos inquiridos pode traduzir-se numa independência relativamente a viver em casa de familiares. No entanto, pode não traduzir-se em completa estabilidade ou independência financeira.

Tabela 19- Participação de alguém no crédito por tipo de residência

Tipo_de_residência (Binned)			Teve_a_participação_de_alguém_no_crédito?		Total
			Sim	Não	
	Arrendada	Contagem	10	21	31
		% em Tipo_de_residência (Binned)	32,3%	67,7%	100,0%
	Própria com/sem hipoteca	Contagem	28	18	46
		% em Tipo_de_residência (Binned)	60,9%	39,1%	100,0%
	Vive em casa de familiares	Contagem	9	22	31
		% em Tipo_de_residência (Binned)	29,0%	71,0%	100,0%
Total	Contagem	47	61	108	
	% em Tipo_de_residência (Binned)	43,5%	56,5%	100,0%	

## CAPÍTULO 5

### Conclusões

Ao longo dos últimos capítulos verificou-se através da amostra estudada que, dos 403 inquiridos, apenas 108 referiram já ter contraído um crédito, sendo que a grande maioria nunca contraiu um crédito (73,2%).

Consoante a análise de observações, verifica-se que a contratação de crédito é independente do sexo, no entanto, observa-se que é dependente da idade. Verificaram-se ainda diferenças dentro de intervalo de idades entre os 18 e 35 anos, uma vez que se constatou que até aos 29 anos uma pequena percentagem de jovens referiu já ter contraído um crédito, já a grande maioria de jovens a partir dos 29 anos referiu já ter contraído crédito (85,4%). Confirmou-se ainda que a contratação de crédito depende da situação profissional, do rendimento líquido mensal e do tipo de residência dos jovens adultos. A nível da situação profissional, verifica-se que praticamente todos os jovens que se encontram numa situação laboral com condições precárias nunca contraíram um crédito, sendo que se verifica que os jovens que mais se encontram nesta situação são jovens até aos 22 anos. Consequentemente, verifica-se que quanto maior é o nível de habilitações literárias maior é o rendimento líquido mensal, assim como, jovens com rendimentos líquidos mensais mais elevados são os que mais responderam positivamente à questão da contratação do crédito. Os resultados obtidos dizem também que a maioria dos jovens que vive em habitação própria já contraíram um crédito, enquanto se registou uma resposta contrária relativamente aos que vivem em casa de familiares. Observou-se ainda que o tipo de residência atual depende do rendimento líquido mensal, sendo que jovens adultos sem remuneração ou com rendimentos mensais líquidos até 1200€ encontram-se na sua grande maioria a viver em casa de familiares.

Através de um teste de correlação, observou-se também que o rendimento médio mensal do agregado familiar e a contratação de crédito estão positivamente relacionados, e que, portanto, quanto mais elevado é o rendimento médio mensal do agregado familiar maior é a frequência de respostas positivas relativamente à contratação de crédito.

Relativamente aos jovens adultos que referiram já ter contraído um crédito, a grande tendência centra-se no crédito à habitação e no crédito automóvel. Verificou-se que o prazo de reembolso com maior frequência foram prazos a 40 anos, estando estes

relacionados com o crédito à habitação, e que a taxa de esforço mais respondida foi de 40%, sendo esta mais elevada que a taxa de esforço recomendada de 33%.

Constatou-se ainda que quase metade (43,5%) dos jovens que referiram já ter contraído um crédito tiveram a participação de algum familiar/ amigo que assumiu o papel de avalista ou fiador, ou que tenha prestado algum tipo de garantia.

Relativamente a dificuldades sentidas na contratação do crédito, a maioria dos jovens referiu que as situações com que mais se depararam foi a obrigatoriedade da participação de um familiar próximo/fiador na contratação do crédito e a taxa de esforço elevada.

Relativamente aos jovens adultos que nunca contraíram um crédito, mas que têm perspectivas para tal num prazo de 2-3 anos, a grande maioria (79,4%) referiu que tem como perspectiva a contratação de crédito à habitação. Os principais motivos apontados para ainda não se verificarem condições para tal incluem: a incapacidade de prestação de garantias sólidas; tencionar realizar uma poupança sólida prévia; através do cálculo da taxa de esforço verificarem que a mesma seria bastante elevada (>33%); o facto de se encontrarem numa situação financeira instável. A maioria destes motivos está essencialmente relacionada com a situação profissional e com condições laborais, sendo que situações de trabalho com condições precárias tendem a dificultar a capacidade de ultrapassar estes “obstáculos” de forma mais acelerada.

Em suma, os resultados revelaram que a dependência dos jovens adultos de familiares é cada vez mais prolongada, sendo que a maioria dos mesmos vive em casa de familiares pelo menos até aos 30 anos, e que os jovens que ainda se encontram em casa de familiares geralmente são os mesmos que têm um rendimento líquido mensal mais reduzido. Verificou-se ainda que o acesso ao crédito varia de acordo com a idade, e que, portanto, a facilidade ao acesso ao crédito de um jovem com 18 anos não é a mesma de um jovem com 22/23 anos, assim como, não é a mesma de um jovem com mais de 30 anos, e que o mesmo está correlacionado com o rendimento médio mensal do agregado familiar e que, portanto, quanto mais elevado for o rendimento médio mensal do agregado familiar maior é a probabilidade de um jovem ter acesso ao crédito mais facilmente.

Verificou-se ainda que as questões que mais complicam o acesso ao crédito por parte dos jovens é a obrigatoriedade da participação de um familiar próximo/ fiador na contratação do crédito, a dificuldade na prestação de garantias sólidas, a necessidade de realizar uma poupança sólida previamente (sendo que a rapidez com que se realiza essa poupança depende de vários fatores, como o rendimento líquido mensal, despesas fixas,

entre outros, e que a demora a realizar essa poupança pode resultar na capacidade de contratação de um crédito mais tardia) e a elevada taxa de esforço com que se deparam.

Assim sendo, conclui-se que a taxa de desemprego jovem, a precariedade laboral, o baixo rendimento médio disponível das famílias e a elevada taxa de esforço são determinantes que dificultam o acesso ao crédito por parte dos jovens adultos, tendo em conta que, num contexto de contratação de um crédito, quanto maior for o risco, mais elevada será a taxa a pagar. Assim sendo, um jovem tendo a sua situação laboral e financeira estabilizada, terá reduzido mais risco e, conseqüentemente, menor taxa a pagar. Conclui-se ainda que existem diferenças dentro do intervalo de idades definido para jovens adultos.

O estudo apresentado possui algumas limitações nomeadamente na amostra recolhida, uma vez que o método de amostragem utilizado foi o de amostragem não-causal e, portanto, não é aconselhável extrapolar os resultados e conclusões obtidas para o universo através deste método, uma vez que através de uma amostragem por conveniência não há garantia de que a amostra seja razoavelmente representativa do universo.

## Referências Bibliográficas

- Aaltonen, S. (2013). Trying to push things through: Forms and bounds of agency in transitions of school\_age young people. *Journal of Youth Studies*, 16 (3), 375–390. <https://doi.org/10.1080/13676261.2012.733807>
- Associação Portuguesa de Bancos. (2021). Créditos. [https://www.apb.pt/cliente\\_bancario/servicos\\_bancarios/creditos/](https://www.apb.pt/cliente_bancario/servicos_bancarios/creditos/), consultado a 4 de março de 2022.
- Autio, M., Wilska, T. A., Kaartinen, R., & Lähteenmaa, J. (2009). The use of small instant loans among young adults – A gateway to a consumer insolvency?. *International Journal of Consumer Studies*, 33 (4), 407–415. <https://doi.org/10.1111/j.1470-6431.2009.00789.x>
- Banco de Portugal. (2022, Janeiro 31). Medidas macroprudenciais. <https://www.bportugal.pt/perguntas-frequentes/8187>, consultado a 3 março de 2022.
- Banco de Portugal. (2020). Avaliação da solvabilidade. <https://clientebancario.bportugal.pt/pt-pt/avaliacao-da-solvabilidade>, consultado a 7 de março de 2022.
- Caiado, A. C. (1998). *Gestão Bancária – Conceitos e Aplicações*. Editora Internacional.
- Carmo, R. M., & Matias, A. R. (2019). As dimensões existenciais da precariedade: jovens trabalhadores e os seus modos de vida. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 118, 53–78. <https://doi.org/10.4000/rccs.8502>
- Edwards, B. (2004). *Credit management handbook (5º Edição)*. Burt Edwards; F.I.C.M; F.I.Ex.
- Heath, S., & Calvert, E. (2013). Gifts, loans, and intergenerational support for young adults. *Sociology*, 47(6), 1120–1135. <https://doi.org/10.1177/0038038512455736>



- Hohnen, P., Gram, M., & Jakobsen, T. B. (2020, Abril 1). Debt as the new credit or credit as the new debt? A cultural analysis of credit consumption among Danish young adults. *Journal of Youth Studies*, 23(3), 356-370. <https://doi.org/10.1080/13676261.2019.1609660>
- Kalui, F. M., & Kiawa, E. (2015). Effects of credit risk management procedures on financial performance among microfinance institutions in Kenya: A case of MFIs in Nairobi County. *International Journal of Humanities Social Sciences and Education*, 2(3), 81-103. <https://www.arcjournals.org/pdfs/ijhsse/v2-i3/10.pdf>
- Kurui, S. K., & Kalio, A. M. (2014). Influence of credit risk management practices on loan performance of microfinance institutions in Baringo County, Kenya. *International Journal of Science and Research*, 3(10), 2260-2267. <https://doi.org/10.55058/adrrij.v28i1.453>
- OCDE. (2021). COVID-19 and well-being: Life in the pandemic, OECD Publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/1e1ecb53-en>, consultado a 9 de março de 2022.
- OCDE. (2016). Society at a Glance 2016: OECD social indicators, OECD Publishing, Paris. <http://www.oecd.org/social/society-at-a-glance-19991290.htm>, consultado a 9 de março de 2022.
- Rosário, R. C. (2016). Sistemas de análise e avaliação de risco de crédito na banca de empresas. [Tese de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra]. Repositório científico da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/32481/1/TESE%20-%20Análise%20e%20Avaliação%20de%20Risco%20de%20Crédito%20na%20Banca%20de%20Empresas.pdf>
- Schmidt, L. (1990). Jovens: família, dinheiro, autonomia. *Análise social*, 645-673. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223034726C4zVW4cm0Nc92WM6.pdf>
- Silva, E. S. (2017). Tipologia dos riscos- uma introdução (Vol 3). *Vida Económica*.

- Veríssimo, E. P. C. (2013). A inclusão financeira dos jovens e das mulheres: uma análise com base no FINDEX. [Tese de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão]. Repositório da universidade de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/6833>
- West, P., Sweeting, H., Young, R., & Robins, M. (2006). A Material Paradox: Socioeconomic Status, Young People's Disposable Income and Consumer Culture. *Journal of Youth Studies*, 9(4), 437–462. <https://doi.org/10.1080/13676260600805739>
- Xiao, J. J., Chatterjee, S., & Kim, J. (2014). Factors associated with financial independence of young adults. *International Journal of Consumer Studies*, 38(4), 394–403. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12106>

## ANEXOS

### Anexo A

#### 1. Questionário

Este questionário destina-se a uma pesquisa de carácter académico no âmbito da minha dissertação de mestrado em Gestão, na ISCTE Business School, cujo objetivo consiste em identificar os fatores determinantes que podem ter influência no acesso ao crédito por parte dos jovens adultos em Portugal.

Todas as respostas ao questionário são anónimas e confidenciais, sendo o respetivo tempo previsto de preenchimento de cerca de 3 minutos.

Agradeço desde já a sua colaboração.

De referir que todas as perguntas com um “\*” são perguntas de carácter obrigatório.

#### 1º Fase: Perfil Sociodemográfico

1. Idade \* (com o intervalo de idades entre 18-35 anos)
2. Sexo\*:
  - Feminino
  - Masculino
3. Habilitações Literárias\*:
  - Ensino secundário
  - Licenciatura
  - Mestrado
  - Doutoramento
4. Em que situação profissional se encontra\*:
  - Desemprego
  - Estágio não remunerado
  - Estágio remunerado
  - Contrato a termo certo/ incerto

- Recibos-verdes
  - Contrato sem termo
5. Se se encontra numa situação financeira remunerada, em que intervalo se encontra o seu rendimento líquido mensal:
- <705€
  - 705€-850€
  - 851€-1000€
  - 1001€-1200€
  - 1201€-1500€
  - 1501€-1700€
  - 1701€-1850€
  - 1851€-2000€
  - <2000€
6. Há quanto tempo se encontra na sua situação profissional atual?\* \_\_\_\_\_
7. Tipo de residência\*:
- Arrendada
  - Própria sem hipoteca
  - Própria com hipoteca
  - Vive em casa de familiares
8. Há quantos anos vive na sua residência atual?\* \_\_\_\_\_
9. Por quantos elementos é composto o seu agregado familiar\*:
- 1
  - 2
  - 3
  - 4
  - 5
  - >5
10. Dos elementos que integram o seu agregado familiar, quantos estão empregados?\*
- 1
  - 2
  - 3
  - 4
  - 5
  - >5

11. Quanto é em média o rendimento mensal do seu agregado familiar (consigo inclusive)?\* \_\_\_\_\_

## 2º Fase: Crédito

1. Alguma vez contraiu um crédito?\*

- Sim
- Não

### 2.1ª Fase: Jovens adultos que já contraíram um crédito

1. A que tipo de crédito já recorreu?\*

- Crédito à habitação
- Crédito automóvel
- Crédito pessoal
- Outro: \_\_\_\_\_

2. Qual foi o prazo de reembolso do crédito?\* \_\_\_\_\_

3. Qual foi a taxa de esforço suportada?\* (A taxa de esforço é calculada da seguinte forma: (Encargos financeiros mensais/ Rendimento mensal líquido) x 100): \_\_\_\_\_

4. Teve a participação de alguém no crédito? (Houve algum familiar/ amigo que assumiu o papel de avalista (ou fiador), ou que prestou alguma garantia)\*.

- Sim
- Não

5. Na contratação do crédito deparou-se com algumas das seguintes situações?\* (Selecione todas as situações que encontrou).

- Dificuldade na prestação de garantias sólidas.
- Obrigatoriedade da participação de um familiar próximo/ fiador na contratação do crédito.
- Taxa de esforço elevada (>33%).
- As reduções dos prazos dos empréstimos para determinados intervalos de idades dificultaram o acesso ao crédito, na medida em que as prestações mensais são mais elevadas.
- Situação financeira instável.
- Não me identifiquei com nenhuma das situações acima mencionadas.

Outra: \_\_\_\_\_

## 2.2ª Fase: Jovens adultos que nunca contraíram um crédito

1. Tem perspectivas de, no futuro próximo (próximos 2-3 anos), vir a contrair um crédito?\*

Sim

Não

(Caso a resposta a esta pergunta fosse “Não” o questionário era dado como terminado)

2. Se respondeu SIM à questão anterior, indique que tipo de crédito\*:

Crédito à habitação

Crédito automóvel

Crédito pessoal

Outro: \_\_\_\_\_

3. Quais os motivos para ainda não ter tido as condições para contrair um crédito?\*

(Selecione todas as situações com que se identifique).

Dificuldade na prestação de garantias sólidas

Taxa de esforço elevada (>33%)

As reduções dos prazos dos empréstimos para determinados intervalos de idades dificultam o acesso ao crédito, na medida em que as prestações mensais são mais elevadas.

Situação financeira instável.

Pretendo realizar previamente uma poupança sólida.

Outra: \_\_\_\_\_

## Anexo B

### 1. Perfil Sociodemográfico da amostra

#### 1.1 Idade

		Idade			
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	18	2	,5	,5	,5
	19	4	1,0	1,0	1,5
	20	14	3,5	3,5	5,0
	21	29	7,2	7,2	12,2
	22	72	17,9	17,9	30,0
	23	82	20,3	20,3	50,4
	24	43	10,7	10,7	61,0
	25	36	8,9	8,9	70,0
	26	27	6,7	6,7	76,7
	27	17	4,2	4,2	80,9
	28	14	3,5	3,5	84,4
	29	15	3,7	3,7	88,1
	30	22	5,5	5,5	93,5
	31	5	1,2	1,2	94,8
	32	2	,5	,5	95,3
	33	4	1,0	1,0	96,3
	34	2	,5	,5	96,8
35	13	3,2	3,2	100,0	
Total		403	100,0	100,0	

#### 1.2 Sexo

		Sexo			
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Masculino	177	43,9	43,9	43,9
	Feminino	226	56,1	56,1	100,0
	Total	403	100,0	100,0	

#### 1.3 Habilitações literárias

		Habilitações_literárias			
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Ensino secundário	66	16,4	16,4	16,4
	Licenciatura	211	52,4	52,4	68,7
	Mestrado	124	30,8	30,8	99,5
	Doutoramento	2	,5	,5	100,0
	Total	403	100,0	100,0	

## 1.4 Situação profissional

Situação_profissional_					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Desemprego	49	12,2	12,2	12,2
	Estágio não remunerado	15	3,7	3,7	15,9
	Estágio remunerado	65	16,1	16,1	32,0
	Contrato a termo certo/incerto	100	24,8	24,8	56,8
	Recibos-verdes	28	6,9	6,9	63,8
	Contrato sem termo	146	36,2	36,2	100,0
	Total	403	100,0	100,0	

## 1.5 Rendimento líquido mensal

Rendimento_Líquido_Mensal					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	<750€	38	9,4	9,4	9,4
	705€-850€	62	15,4	15,4	24,8
	851€-1000€	87	21,6	21,6	46,4
	1001€-1200€	72	17,9	17,9	64,3
	1201€-1500€	63	15,6	15,6	79,9
	1501€-1700€	10	2,5	2,5	82,4
	1701€-1850€	4	1,0	1,0	83,4
	1851€-2000€	2	,5	,5	83,9
	>2000€	9	2,2	2,2	86,1
	Não tem remuneração	56	13,9	13,9	100,0
	Total	403	100,0	100,0	

## 1.6 Tempo em que desempenha a função atual

Há_quanto_tempo_desempenha_a_função_atual					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Estudante	11	2,7	2,7	2,7
	<= 1 ano	246	61,0	61,0	63,8
	1 ano - 2 anos	51	12,7	12,7	76,4
	2 anos - 3 anos	39	9,7	9,7	86,1
	3 anos - 4 anos	27	6,7	6,7	92,8
	4 anos - 5 anos	9	2,2	2,2	95,0
	5 anos - 6 anos	6	1,5	1,5	96,5
	6 anos - 7 anos	4	1,0	1,0	97,5
	7 anos - 8 anos	4	1,0	1,0	98,5
	8 anos - 9 anos	1	,2	,2	98,8
	11 anos	1	,2	,2	99,0
	12 anos	1	,2	,2	99,3
	14 anos	1	,2	,2	99,5
	18 anos	1	,2	,2	99,8
	19 anos	1	,2	,2	100,0
	Total	403	100,0	100,0	



## 1.7 Tipo de residência

		Tipo_de_residência			
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Arrendada	123	30,5	30,5	30,5
	Própria sem hipoteca	6	1,5	1,5	32,0
	Própria com hipoteca	47	11,7	11,7	43,7
	Vive em casa de familiares	227	56,3	56,3	100,0
	Total	403	100,0	100,0	

### 1.7.1 Tipo de residência por classe de idades

		Tipo_de_residência (Binned)			Total
		Arrendada	Própria com/sem hipoteca	Vive em casa de familiares	
Idade (Binned)	<22	14	4	31	49
	22-29	94	24	188	306
	>29	15	25	8	48
Total		123	53	227	403

## 1.8 Tempo que vive na residência atual

		Há quantos anos vive na sua residência atual				
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa	
Válido	Menos de 1 ano	46	11,4	11,4	11,4	
	1,0	48	11,9	11,9	23,3	
	1,5	3	,7	,7	24,1	
	2,0	37	9,2	9,2	33,3	
	3,0	16	4,0	4,0	37,2	
	4,0	19	4,7	4,7	41,9	
	5,0	30	7,4	7,4	49,4	
	6,0	11	2,7	2,7	52,1	
	7,0	4	1,0	1,0	53,1	
	8,0	5	1,2	1,2	54,3	
	10,0	2	,5	,5	54,8	
	12,0	5	1,2	1,2	56,1	
	13,0	3	,7	,7	56,8	
	14,0	2	,5	,5	57,3	
	15,0	13	3,2	3,2	60,5	
	16,0	3	,7	,7	61,3	
	17,0	2	,5	,5	61,8	
	18,0	7	1,7	1,7	63,5	
	19,0	4	1,0	1,0	64,5	
	20,0	11	2,7	2,7	67,2	
	21,0	9	2,2	2,2	69,5	
	22,0	32	7,9	7,9	77,4	
	23,0	44	10,9	10,9	88,3	
	24,0	14	3,5	3,5	91,8	
	25,0	9	2,2	2,2	94,0	
	26,0	9	2,2	2,2	96,3	
	27,0	6	1,5	1,5	97,8	
	28,0	3	,7	,7	98,5	
	29,0	4	1,0	1,0	99,5	
	31,0	1	,2	,2	99,8	
	35,0	1	,2	,2	100,0	
	Total		403	100,0	100,0	

## 1.9 Elementos do agregado familiar

Elementos_do_agregado_familiar_				
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
Válido	1	61	15,1	15,1
	2	82	20,3	35,5
	3	99	24,6	60,0
	4	130	32,3	92,3
	5	28	6,9	99,3
	>5	3	,7	100,0
Total		403	100,0	

## 1.10 Elementos do agregado familiar empregados

		Elementos_do_agregado_familiar_empregdos						Total
		1	2	3	4	5	>5	
Elementos_do_agregado_familiar_	1	Contagem	61	0	0	0	0	61
		% em Elementos_do_agregado_familiar_	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
2	Contagem	8	74	0	0	0	0	82
		% em Elementos_do_agregado_familiar_	9,8%	90,2%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
3	Contagem	14	44	41	0	0	0	99
		% em Elementos_do_agregado_familiar_	14,1%	44,4%	41,4%	0,0%	0,0%	100,0%
4	Contagem	4	35	53	38	0	0	130
		% em Elementos_do_agregado_familiar_	3,1%	26,9%	40,8%	29,2%	0,0%	100,0%
5	Contagem	1	8	10	5	4	0	28
		% em Elementos_do_agregado_familiar_	3,6%	28,6%	35,7%	17,9%	14,3%	100,0%
>5	Contagem	0	2	0	0	0	1	3
		% em Elementos_do_agregado_familiar_	0,0%	66,7%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%
Total	Contagem	88	163	104	43	4	1	403
		% em Elementos_do_agregado_familiar_	21,8%	40,4%	25,8%	10,7%	1,0%	0,2%

## 1.11 Média do rendimento mensal do agregado familiar

		Média_do_rendimento_mensal_do_agregado_familiar (Binned)										Total
		Não sei	<=1000	<=1500	<=2000	<=3000	<=4500	<=6000	<=8000	<=15000	>15000	
Elementos_do_agregado_familiar_empregdos_	1	Contagem	1	0	63	9	9	3	3	0	0	88
		% em Elementos_do_agregado_familiar_empregdos_	1,1%	0,0%	71,6%	10,2%	10,2%	3,4%	3,4%	0,0%	0,0%	100,0%
2	Contagem	5	1	24	56	58	9	7	1	1	1	163
		% em Elementos_do_agregado_familiar_empregdos_	3,1%	0,6%	14,7%	34,4%	35,6%	5,5%	4,3%	0,6%	0,6%	100,0%
3	Contagem	3	1	10	14	27	37	9	3	0	0	104
		% em Elementos_do_agregado_familiar_empregdos_	2,9%	1,0%	9,6%	13,5%	26,0%	35,6%	8,7%	2,9%	0,0%	100,0%
4	Contagem	1	0	1	0	3	22	13	1	2	0	43
		% em Elementos_do_agregado_familiar_empregdos_	2,3%	0,0%	2,3%	0,0%	7,0%	51,2%	30,2%	2,3%	4,7%	100,0%
5	Contagem	0	0	1	0	1	1	0	0	1	0	4
		% em Elementos_do_agregado_familiar_empregdos_	0,0%	0,0%	25,0%	0,0%	25,0%	25,0%	0,0%	0,0%	25,0%	100,0%
>5	Contagem	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
		% em Elementos_do_agregado_familiar_empregdos_	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Total	Contagem	10	2	99	79	98	72	33	5	4	1	403
		% em Elementos_do_agregado_familiar_empregdos_	2,5%	0,5%	24,6%	19,6%	24,3%	17,9%	8,2%	1,2%	1,0%	0,2%

## Anexo C

### 1. Questões relacionadas com crédito

#### 1.1 Contração de crédito

Alguma_vez_contraiu_um_crédito?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	108	26,8	26,8	26,8
	Não	295	73,2	73,2	100,0
Total		403	100,0	100,0	

#### 1.2 Contração de crédito por idade

			18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Alguma_vez_contraiu_um_crédito?	Sim	Contagem	0	0	0	3	9	11	9	8	9	6	4	8	18
		% do Total	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	2,2%	2,7%	2,2%	2,0%	2,2%	1,5%	1,0%	2,0%	4,5%
	Não	Contagem	2	4	14	26	63	71	34	28	18	11	10	7	4
		% do Total	0,5%	1,0%	3,5%	6,5%	15,6%	17,6%	8,4%	6,9%	4,5%	2,7%	2,5%	1,7%	1,0%
Total		Contagem	2	4	14	29	72	82	43	36	27	17	14	15	22
		% do Total	0,5%	1,0%	3,5%	7,2%	17,9%	20,3%	10,7%	8,9%	6,7%	4,2%	3,5%	3,7%	5,5%

31	32	33	34	35	Total
5	2	4	1	11	108
1,2%	0,5%	1,0%	0,2%	2,7%	26,8%
0	0	0	1	2	295
0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,5%	73,2%
5	2	4	2	13	403
1,2%	0,5%	1,0%	0,5%	3,2%	100,0%

#### 1.3 Contração de crédito por situação profissional

		Alguma_vez_contraiu_um_crédito?		Total	
		Sim	Não		
Situação_profissional_	Desemprego	Contagem	4	45	49
		% do Total	1,0%	11,2%	12,2%
	Estágio não remunerado	Contagem	1	14	15
		% do Total	0,2%	3,5%	3,7%
	Estágio remunerado	Contagem	1	64	65
		% do Total	0,2%	15,9%	16,1%
	Contrato a termo certo/incerto	Contagem	28	72	100
		% do Total	6,9%	17,9%	24,8%
	Recibos-verdes	Contagem	11	17	28
		% do Total	2,7%	4,2%	6,9%
	Contrato sem termo	Contagem	63	83	146
		% do Total	15,6%	20,6%	36,2%
Total		Contagem	108	295	403
		% do Total	26,8%	73,2%	100,0%

## 1.4 Taxa de esforço suportada

Taxa_de_esforço_suportada_					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	N/A	16	4,0	15,1	15,1
	7,5	1	,2	,9	16,0
	8,0	1	,2	,9	17,0
	9,8	1	,2	,9	17,9
	10,0	3	,7	2,8	20,8
	12,0	3	,7	2,8	23,6
	13,0	2	,5	1,9	25,5
	13,5	1	,2	,9	26,4
	14,0	2	,5	1,9	28,3
	15,0	4	1,0	3,8	32,1
	16,7	1	,2	,9	33,0
	17,3	1	,2	,9	34,0
	17,5	1	,2	,9	34,9
	17,9	1	,2	,9	35,8
	19,0	1	,2	,9	36,8
	19,2	1	,2	,9	37,7
	20,0	8	2,0	7,5	45,3
	21,0	1	,2	,9	46,2
	24,0	3	,7	2,8	49,1
	25,0	7	1,7	6,6	55,7
	27,0	2	,5	1,9	57,5
	28,0	1	,2	,9	58,5
	29,0	1	,2	,9	59,4
	29,6	1	,2	,9	60,4
	30,0	6	1,5	5,7	66,0
	31,0	1	,2	,9	67,0
	31,2	1	,2	,9	67,9
	31,6	1	,2	,9	68,9
	32,0	4	1,0	3,8	72,6
	32,5	1	,2	,9	73,6
	33,0	3	,7	2,8	76,4
	33,3	1	,2	,9	77,4
	34,0	1	,2	,9	78,3
	34,1	1	,2	,9	79,2
	35,0	2	,5	1,9	81,1
	36,1	1	,2	,9	82,1
	36,2	1	,2	,9	83,0
	38,5	1	,2	,9	84,0
	40,0	6	1,5	5,7	89,6
	40,4	1	,2	,9	90,6
	41,0	2	,5	1,9	92,5
	45,0	3	,7	2,8	95,3
	46,3	1	,2	,9	96,2
	47,1	1	,2	,9	97,2
	48,4	1	,2	,9	98,1
	50,0	1	,2	,9	99,1
	120,0	1	,2	,9	100,0
	Total	106	26,3	100,0	
Omisso	Sistema	297	73,7		
Total		403	100,0		

## Anexo D

Dada a variedade de dados existentes perante as classes de variáveis existentes, e de forma a cumprir com os requisitos do teste qui quadrado, existência de pelo menos cinco observações em cada classe, foram criadas as seguintes variáveis com uma amplitude de classes mais reduzidas.

### 1.1 Variável idade

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	<22	49	12,2	12,2	12,2
	22-29	306	75,9	75,9	88,1
	>29	48	11,9	11,9	100,0
	Total	403	100,0	100,0	

### 1.2 Variável rendimento líquido mensal

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	<=850	100	24,8	24,8	24,8
	851-1200	159	39,5	39,5	64,3
	>1200	88	21,8	21,8	86,1
	Não tem remuneração	56	13,9	13,9	100,0
	Total	403	100,0	100,0	

### 1.3 Variável tipo de residência

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Arrendada	123	30,5	30,5	30,5
	Própria com/sem hipoteca	53	13,2	13,2	43,7
	Vive em casa de familiares	227	56,3	56,3	100,0
	Total	403	100,0	100,0	

## 1.4 Variável média do rendimento mensal do agregado familiar

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não sei	10	2,5	2,5	2,5
	<= 1000	2	,5	,5	3,0
	<= 1500	99	24,6	24,6	27,5
	<= 2000	79	19,6	19,6	47,1
	<= 3000	98	24,3	24,3	71,5
	<= 4500	72	17,9	17,9	89,3
	<= 6000	33	8,2	8,2	97,5
	<= 8000	5	1,2	1,2	98,8
	<= 15000	4	1,0	1,0	99,8
	> 15000	1	,2	,2	100,0
	Total	403	100,0	100,0	

## Anexo E

### 1. Testes de independência de variáveis

#### 1.1 Teste de independência entre a contratação de crédito e perfil socio demográfico

##### 1.1.1 Quanto ao sexo

		Alguma_vez_contraiu_um_crédito?		Total	
		Sim	Não		
Sexo	Masculino	Contagem	55	122	177
		% em Sexo	31,1%	68,9%	100,0%
	Feminino	Contagem	53	173	226
		% em Sexo	23,5%	76,5%	100,0%
Total		Contagem	108	295	403
		% em Sexo	26,8%	73,2%	100,0%

##### Testes qui-quadrado

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	2,940 <sup>a</sup>	1	,086		
Correção de continuidade <sup>b</sup>	2,564	1	,109		
Razão de verossimilhança	2,926	1	,087		
Teste Exato de Fisher				,090	,055
Associação Linear por Linear	2,932	1	,087		
N de Casos Válidos	403				

a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 47,43.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

##### 1.1.2 Quanto à faixa etária

##### Testes qui-quadrado

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	100,153 <sup>a</sup>	2	<,001
Razão de verossimilhança	92,185	2	<,001
Associação Linear por Linear	76,771	1	<,001
N de Casos Válidos	403		

a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 12,86.

### 1.1.3 Quanto à situação profissional atual

#### Testes qui-quadrado

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	55,115 <sup>a</sup>	5	<,001
Razão de verossimilhança	67,336	5	<,001
Associação Linear por Linear	44,691	1	<,001
N de Casos Válidos	403		

a. 1 células (8,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 4,02.

### 1.1.4 Quanto ao rendimento líquido mensal

#### Testes qui-quadrado

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	35,981 <sup>a</sup>	3	<,001
Razão de verossimilhança	36,876	3	<,001
Associação Linear por Linear	,355	1	,551
N de Casos Válidos	403		

a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 15,01.

### 1.1.5 Quanto ao tipo de residência

#### Testes qui-quadrado

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	117,388 <sup>a</sup>	2	<,001
Razão de verossimilhança	107,234	2	<,001
Associação Linear por Linear	12,223	1	<,001
N de Casos Válidos	403		

a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 14,20.



## 1.2 Teste de independência entre tipo de residência e o rendimento líquido mensal

### Testes qui-quadrado

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	56,054 <sup>a</sup>	6	<,001
Razão de verossimilhança	58,058	6	<,001
Associação Linear por Linear	4,838	1	,028
N de Casos Válidos	403		

a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 7,36.

## 1.3 Teste de independência entre se teve a participação de alguém no crédito e o tipo de residência

### Testes qui-quadrado

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	9,880 <sup>a</sup>	2	,007
Razão de verossimilhança	9,985	2	,007
Associação Linear por Linear	,065	1	,799
N de Casos Válidos	108		

a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 13,49.